

Mídias sociais e discursos de ódio na internet: uma proposta de inserção de palestras direcionadas à prevenção da violência juvenil no policiamento preventivo

Social Media and Hate Speech on the Internet: a proposal for the inclusion of lectures aimed at preventing youth violence in preventive policing

Eduardo da Silva Soares^{1*}

Francisco Alberto Ribeiro Machado²

Werbenis Alves da Silva³

Johnny da Silva Gualberto⁴

Resumo

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre o discurso de ódio disseminado nas mídias sociais, a radicalização juvenil e a violência entre adolescentes, propondo a inserção de palestras educativas como estratégia de fortalecimento do policiamento preventivo da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA). Desenvolveu-se uma revisão narrativa da literatura científica, fundamentada em publicações nacionais e internacionais, documentos institucionais e normativos relacionados ao enfrentamento da violência juvenil, radicalização on-line e policiamento preventivo. Os resultados evidenciam que a exposição contínua a conteúdos extremistas nas redes sociais favorece processos de dessensibilização à violência, reforço de preconceitos, construção de identidades extremistas e maior suscetibilidade ao recrutamento por grupos violentos, especialmente entre adolescentes em situação de vulnerabilidade social e emocional. A revisão também demonstra que intervenções educativas desenvolvidas por forças de segurança, quando estruturadas, contínuas e articuladas com escolas e famílias, apresentam potencial para fortalecer fatores protetivos, ampliar o letramento digital e reduzir fatores associados à radicalização. Com base nessas evidências, propõe-se a incorporação de palestras temáticas ao Programa Escola Segura da PMPA, associadas à capacitação específica dos policiais militares, à padronização do conteúdo pedagógico e à avaliação sistemática dos resultados por meio do modelo de Kirkpatrick integrado ao ciclo PDCA já previsto na doutrina institucional da corporação. Conclui-se que a proposta representa alternativa factível para ampliar a atuação preventiva da PMPA diante dos desafios impostos pela violência juvenil mediada por ambientes digitais, embora sua efetividade dependa de avaliação contínua e da produção de evidências empíricas no contexto amazônico.

¹ Policial Militar, Bacharel em Sistemas de Informação e Especialista em Segurança Pública.

*Autor correspondente: edrecuperacaoautomotiva@gmail.com

² Policial Militar, Bacharel em Direito e Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática e Física.

³ Policial Militar, Graduado em Biologia. E-mail: werbenis.silva@gmail.com. ORCID:0009-0001-4037-175X

⁴ Policial Militar, Discente do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública.

Palavras-Chave: discurso de ódio; mídias sociais; violência juvenil; policiamento preventivo; Polícia Militar do Pará.

Abstract

This study analyzed the relationship between hate speech on social media, youth radicalization, and adolescent violence, proposing the incorporation of educational lectures as a strategy to strengthen preventive policing within the Military Police of the State of Pará (PMPA). A narrative literature review was conducted based on national and international scientific publications, institutional documents, and regulatory guidelines addressing youth violence, online radicalization, and preventive policing. The findings indicate that continuous exposure to extremist online content contributes to the normalization of violence, reinforcement of prejudice, development of extremist identities, and increased vulnerability to recruitment by violent groups, particularly among socially and emotionally vulnerable adolescents. The review also shows that educational interventions carried out by law enforcement agencies, when systematically planned and integrated with schools and families, can strengthen protective factors, promote digital literacy, and reduce vulnerabilities associated with radicalization. Based on these findings, the study proposes the integration of thematic lectures into the PMPA School Safety Program, combined with specialized police training, standardized educational content, and systematic evaluation using the Kirkpatrick model integrated with the PDCA cycle already established in the institution's doctrine. It is concluded that this proposal represents a feasible strategy to enhance PMPA's preventive role in addressing youth violence mediated by digital environments, although its effectiveness depends on continuous evaluation and the production of empirical evidence within the Amazonian context.

Keywords: hate speech; social media; youth violence; preventive policing; Military Police of Pará.

1 Introdução

A disseminação acelerada das mídias sociais nas últimas duas décadas produziu transformações profundas na forma como crianças e adolescentes interagem, consomem informação e constroem identidades. Se por um lado as plataformas digitais ampliam o acesso ao conhecimento e às redes de sociabilidade, por outro constituem ambientes frequentemente marcados pela proliferação de discursos de ódio, desinformação e conteúdos que incitam à violência (NAÇÕES UNIDAS, 2024).

A questão da violência juvenil grave permanece proeminente, com comentários oriundos de políticas públicas, mídia e produção acadêmica buscando explicar e enfrentar o fenômeno. Diante de um cenário de constantes mudanças socioeconômicas, culturais e políticas, que se intersectam com formas avançadas de comunicação e consumo digital, a representação dos fatores que impulsionam a violência juvenil grave aumentou em complexidade (WATKINS; GEARON,

2024).

No Brasil, esse fenômeno ganhou visibilidade crescente, sobretudo após uma série de ataques a escolas cometidos por jovens radicalizados em ambientes digitais, eventos que colocaram em evidência a urgência de estratégias preventivas integradas entre instituições de segurança pública e comunidade escolar (SENADO FEDERAL, 2023).

A Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), inserida em um território de grande complexidade social e geográfica, tem buscado ampliar sua atuação preventiva por meio de ações que vão além do patrulhamento ostensivo. O policiamento preventivo, compreendido como conjunto de estratégias orientadas à redução de fatores de risco antes da ocorrência do delito, constitui campo fértil para a integração de intervenções educativas voltadas ao público jovem (FERNANDES; LUZ, 2024). Nesse contexto, a inserção de palestras sobre discurso de ódio, uso seguro da internet e prevenção da violência no rol de atividades do policiamento preventivo emerge como possibilidade concreta de articulação entre segurança pública e promoção de direitos.

Diante desse cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que forma o policiamento preventivo da PMPA pode incorporar palestras educativas voltadas ao enfrentamento do discurso de ódio e da radicalização juvenil mediada por mídias sociais? O presente artigo tem como objetivo geral apresentar uma revisão narrativa da literatura sobre a relação entre mídias sociais, discurso de ódio e violência juvenil, e propor a inserção de palestras educativas como componente do policiamento preventivo da PMPA. São objetivos específicos: (a) sistematizar as principais evidências sobre os efeitos do discurso de ódio online sobre o comportamento de adolescentes; (b) levantar e descrever experiências de intervenção educativa conduzidas por forças de segurança pública no Brasil; (c) propor um modelo de inserção de palestras preventivas no contexto do policiamento da PMPA.

O artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se o percurso metodológico adotado. Na sequência, desenvolve-se o referencial teórico, que examina o fenômeno do discurso de ódio nas mídias sociais e seus efeitos sobre a juventude. A seção de resultados e discussão articula as evidências da literatura com experiências brasileiras de intervenção e com a proposta de ação para a PMPA. Por fim, as considerações finais sintetizam os achados e apontam uma agenda de pesquisa.

2 Metodologia

O presente estudo configura-se como uma revisão narrativa da literatura científica, de caráter descritivo e transversal, modalidade especialmente adequada para a construção de uma visão abrangente sobre o estado do conhecimento em determinada temática e para a articulação de evidências produzidas em estudos pontuais em uma perspectiva analítica mais ampla (OGASSAVARA *et al.*, 2025; ROTHER, 2007). Esse delineamento mostra-se pertinente quando o objetivo não se restringe à sistematização das evidências disponíveis, mas também contempla a proposição de aplicações práticas fundamentadas na literatura, como ocorre no presente artigo.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scopus, Web of Science e Google Scholar, utilizando os descritores "hate speech", "social media", "youth violence", "online radicalization" e "preventive policing", empregados de forma isolada e combinada por meio de operadores booleanos. Complementarmente, foram consultadas publicações institucionais brasileiras produzidas por órgãos de segurança pública, ministérios e secretarias estaduais, bem como documentos normativos e relatórios relacionados a programas de policiamento preventivo desenvolvidos pelas polícias militares brasileiras.

A seleção das publicações considerou sua pertinência em relação ao objetivo da pesquisa, priorizando estudos que abordassem a relação entre discurso de ódio nas mídias sociais, violência juvenil, radicalização on-line, policiamento preventivo e ações de prevenção desenvolvidas no contexto da segurança pública brasileira, especialmente no âmbito das polícias militares.

Adotou-se como recorte temporal preferencial o período de 2019 a 2026, de modo a privilegiar a produção mais recente sobre o fenômeno, sem prejuízo da inclusão de obras de referência teórico-metodológica anteriores a esse intervalo, quando consideradas seminais para a fundamentação do estudo. Foram definidos como critérios de inclusão: (i) estudos que tratassem direta ou indiretamente da relação entre discurso de ódio, mídias sociais, radicalização e violência juvenil; (ii) trabalhos que descrevessem ou avaliassem intervenções educativas ou preventivas conduzidas por forças de segurança pública; e (iii) publicações em português ou inglês, com texto integral disponível. Como critérios de exclusão, descartaram-se materiais sem aderência temática ao objeto, textos de caráter meramente opinativo sem base empírica ou teórica e publicações duplicadas.

A análise dos dados foi conduzida por meio de leitura integral dos materiais selecionados e de procedimento de análise temática, mediante o qual os achados foram agrupados em três eixos analíticos articulados aos objetivos específicos: (i) os efeitos do discurso de ódio online sobre o comportamento de adolescentes; (ii) as experiências de intervenção educativa conduzidas por forças de segurança pública no Brasil; e (iii) os elementos necessários à proposição de um modelo

de inserção de palestras no policiamento preventivo da PMPA. A partir desse agrupamento, procedeu-se à síntese interpretativa das evidências, confrontando os resultados da literatura internacional com os achados nacionais e com o contexto institucional paraense, de modo a fundamentar a proposta apresentada na seção de resultados e discussão+.

3 Fundamentação Teórica

3.1 Discurso de Ódio nas Mídias Sociais: Conceitos e Dimensões

O discurso de ódio é definido pelas Nações Unidas como qualquer forma de comunicação verbal, escrita ou comportamental que ataque ou utilize linguagem pejorativa ou discriminatória em referência a uma pessoa ou grupo, com base em fatores de identidade como religião, etnia, gênero ou orientação sexual (NAÇÕES UNIDAS, 2024). Nas plataformas digitais, esse tipo de discurso encontra condições favoráveis de propagação: o anonimato parcial, a velocidade de compartilhamento e a ausência de mediação presencial reduzem inibições e ampliam o alcance de conteúdos hostis (HASSAN *et al.*, 2022).

Revisões sistemáticas recentes confirmam que a exposição a conteúdos de ódio em ambientes online e tradicionais produz efeitos negativos mensuráveis sobre indivíduos e comunidades. A normalização do preconceito, a indução de estresse e trauma emocional e a associação com comportamentos violentos offline são achados recorrentes na literatura (HASSAN *et al.*, 2022). No contexto específico das mídias sociais, a formação de câmaras de eco, ambientes em que usuários interagem predominantemente com conteúdos que confirmam suas crenças preexistentes, potencializa a assimilação de ideologias radicais e reduz a exposição a perspectivas divergentes (HASSAN *et al.*, 2021).

No Brasil, a problemática ganhou contornos institucionais a partir de 2023, quando o Governo Federal publicou estratégias e recomendações para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo, destacando os campos de educação em direitos humanos, internet segura e comunicação popular como eixos prioritários de atuação (SECOM, 2023). O relatório ressalta a necessidade de abordagens preventivas que envolvam escolas, universidades e instituições de segurança pública em ações coordenadas.

3.2 Violência Juvenil e Radicalização Digital

A relação entre o ambiente digital e o comportamento violento de adolescentes é complexa e multifacetada. Estudos indicam que a exposição a material radical violento online está associada a crenças extremistas e a um maior risco de comportamentos violentos, especialmente entre jovens que buscam ativamente esse tipo de conteúdo (HASSAN *et al.*, 2021). No Brasil, dados da

Operação Escola Segura revelam que, entre abril de 2023 e início de 2024, foram recebidas 9.486 denúncias relacionadas a ameaças no ambiente escolar, com 401 apreensões de menores de 18 anos e 917 conteúdos removidos de redes sociais (TERRA, 2024).

A radicalização de jovens na internet tem sido associada, entre outros fatores, à ausência de sentido de pertencimento no mundo real, à busca de identidade em comunidades digitais e à exposição a ideologias extremistas que oferecem respostas simplistas a problemas complexos (METRÓPOLES, 2025). Grupos criminosos têm explorado plataformas como Discord e Telegram para recrutar adolescentes, incitar à violência e disseminar desafios perigosos, como documentado pela Operação Escola Segura do Ministério da Justiça e Segurança Pública, deflagrada em abril de 2023 (MJSP, 2025).

A participação de jovens em atividades políticas ilegais e violentas representa riscos significativos de curto e longo prazo para o seu desenvolvimento. A abordagem do desenvolvimento positivo da juventude (*Positive Youth Development* – PYD), baseada no modelo ecológico, propõe que fatores protetores em diferentes níveis — individual, familiar, escolar e comunitário — podem promover o desenvolvimento saudável dos jovens, auxiliá-los a atingir seu potencial pleno e prevenir comportamentos de risco (DAMON, 2004; LERNER *et al.*, 2006 *apud* YU; GU; CHAN, 2023).

No contexto paraense, a PMPA atua em um território marcado por intensas desigualdades socioeconômicas, conflitos fundiários e populações jovens em situação de vulnerabilidade, condições que ampliam a suscetibilidade a processos de radicalização e recrutamento por grupos que operam nas redes sociais. A ausência de estudos avaliativos específicos sobre esse fenômeno no Estado do Pará constitui lacuna relevante, que reforça a pertinência de ações preventivas estruturadas.

3.3 Policiamento Preventivo e Intervenções Educativas

O policiamento preventivo orienta-se pela redução de fatores de risco antes da ocorrência do delito, privilegiando a aproximação com a comunidade, a identificação precoce de vulnerabilidades e a articulação com outros serviços públicos (FERNANDES; LUZ, 2024). Nessa perspectiva, a realização de palestras educativas em escolas e espaços comunitários por policiais militares configura prática consolidada em diversas polícias estaduais brasileiras. No Estado do Pará, o Programa Escola Segura, implementado pela PMPA em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc), conta com mais de 1.200 policiais atuando diariamente em 284 escolas, realizando visitas periódicas, palestras com alunos, professores e familiares (AGÊNCIA

PARÁ, 2023).

Essa atuação encontra respaldo em doutrina institucional própria, no Manual de Policiamento Escolar da CIPOE estabelece que o policiamento escolar deve transcender a presença ostensiva, organizando-se como processo de construção coletiva da segurança escolar, no qual a realização de palestras educativas integra o chamado Plano de Segurança Escolar (PMPA, 2021). Esse plano estrutura-se segundo o ciclo de gestão pela qualidade PDCA — planejar, desenvolver, checar e avaliar —, prevendo aferições periódicas por meio de um Indicador de Segurança Escolar (ISE) e reavaliações sucessivas a cada três e seis meses (PMPA, 2021).

No plano federal, o Ministério da Justiça e Segurança Pública promoveu em 2026 o Ciclo Nacional de Palestras da Operação Escola Segura, capacitando policiais civis e militares, gestores escolares e pesquisadores para identificação de sinais de radicalização online, investigação em redes sociais e protocolos de avaliação de ameaças comportamentais (MJSP, 2026). Essa iniciativa sinaliza o reconhecimento institucional de que o enfrentamento da violência juvenil mediada por redes sociais requer formação específica dos agentes de segurança pública.

A literatura aponta que intervenções educativas baseadas em competências, letramento digital, pensamento crítico, empatia e resolução pacífica de conflitos, apresentam potencial preventivo frente à radicalização online (WINDISCH; OLAGHERE; WIEDLITZKA, 2022). Programas que capacitam adultos de referência, educadores, agentes de segurança, familiares, para reconhecer sinais precoces de engajamento com conteúdos radicais demonstram resultados promissores na detecção antecipada de riscos (METRÓPOLES, 2025).

4 Resultados e Discussão

4.1 Efeitos do Discurso de Ódio Online sobre a Juventude

A revisão da literatura evidencia que a exposição de adolescentes ao discurso de ódio nas mídias sociais produz efeitos em múltiplas dimensões. No plano individual, estudos identificam associação entre a exposição a conteúdos de ódio e o desenvolvimento de atitudes discriminatórias, ansiedade, depressão e dessensibilização em relação à violência (HASSAN *et al.*, 2022). No plano comportamental, a exposição a material radical violento online está associada a crenças extremistas e ao risco aumentado de engajamento em comportamentos violentos offline (HASSAN *et al.*, 2021).

No contexto internacional, estudos apontam que a radicalização violenta entre jovens está

associada a fatores psicossociais como ausência de sentido de vida e orientação negativa para o futuro. Miconi *et al.* (2022), em pesquisa realizada com 3.100 estudantes universitários do Québec (Canadá) durante a pandemia de COVID-19, demonstraram que uma orientação positiva para o futuro e a presença de sentido de vida foram negativamente associadas ao apoio à radicalização violenta, independentemente dos níveis de depressão. Os autores observaram ainda um efeito combinado entre essas variáveis: a associação protetora do sentido de vida foi mais pronunciada entre estudantes com orientação mais positiva para o futuro. Tais achados reforçam a perspectiva do Desenvolvimento Positivo da Juventude como quadro teórico promissor para a prevenção da radicalização, com implicações diretas para o papel das instituições de ensino na construção de narrativas de esperança e propósito entre os jovens — dimensões que também se articulam com os discursos de ódio disseminados nas mídias sociais, ao disputar o sentido de identidade e pertencimento dos usuários mais vulneráveis.

Um achado central da literatura é que os jovens não são receptores passivos do discurso de ódio: a busca ativa por conteúdos radicais, frequentemente motivada por sentimentos de exclusão, humilhação ou busca de pertencimento, aumenta significativamente o risco de radicalização (METRÓPOLES, 2025). Esse dado tem implicações diretas para a prevenção: intervenções eficazes não devem se limitar a filtrar conteúdos, mas devem endereçar os fatores de vulnerabilidade que tornam os jovens receptivos a narrativas de ódio.

No âmbito dos estudos sobre radicalização online, Krasikov (2024) propõe uma distinção fundamental entre radicalização cognitiva — caracterizada pela adoção de crenças extremistas — e radicalização comportamental — que se traduz em ações violentas concretas. Segundo o autor, embora muitos indivíduos adotem retóricas radicais, apenas uma parcela muito reduzida (estimada em menos de 1%) efetivamente comete atos de violência. As redes sociais desempenham um papel de acelerador nesse processo: pesquisas indicam que o tempo médio de radicalização, que era de mais de quatro anos antes de 2010, reduziu-se para aproximadamente um ano após 2015, com a consolidação das plataformas de comunicação digital em massa. Esse fenômeno é particularmente relevante para a compreensão dos discursos de ódio nas mídias sociais, uma vez que o ambiente online oferece condições que facilitam e intensificam a adesão a conteúdos extremistas. Krasikov (2024) identifica ainda vulnerabilidades específicas da juventude que a tornam mais suscetível à radicalização online: a busca por pertencimento e nova identidade, o comportamento provocativo e o inconformismo, característicos do período de formação da personalidade adulta. O autor argumenta que o início da radicalização entre jovens é frequentemente desencadeado pela incapacidade de resolver satisfatoriamente tarefas de

desenvolvimento típicas da idade — como reconhecimento social, pertencimento e suporte emocional — em um contexto de crescente problematização do ambiente social. No contexto das mídias sociais e dos discursos de ódio, esses fatores de vulnerabilidade tornam jovens em situação de marginalização social alvos preferenciais de comunidades online que oferecem identidade, coesão grupal e narrativas de empoderamento por meio da hostilidade ao outro. Atributos do desenvolvimento positivo da juventude, como senso de vínculo (*bonding*), identificação com normas pró-sociais e comportamentos pró-sociais, foram associados a menores riscos de participação política violenta. Estudos demonstram que vínculos sociais positivos com a família e a escola, bem como a crença na ordem moral, inibem comportamentos desviantes e violentos (CATALANO; HAWKINS, 1996 *apud* YU; GU; CHAN, 2023). A necessidade insatisfeita de vínculo social na primeira infância pode aumentar a atração emocional por grupos com valores violentos e autoritários, como gangues (PEDERSEN, 2004 *apud* YU; GU; CHAN, 2023).

No contexto brasileiro, a proliferação de grupos extremistas em plataformas com menor moderação, como Discord e Telegram, e a capacidade dos jovens de migrar rapidamente entre aplicativos tornam o monitoramento digital insuficiente como estratégia isolada (METRÓPOLES, 2025; MJSP, 2025). A abordagem preventiva de base comunitária, centrada no fortalecimento de vínculos protetivos e no desenvolvimento de competências críticas, emerge como complemento necessário às ações de monitoramento e repressão.

4.2 Experiências de Intervenção Educativa no Policiamento Preventivo Brasileiro

No nível familiar, uma relação positiva entre pais e filhos, alto nível de funcionamento familiar, comportamentos parentais consistentes e autoritativos, além do interesse dos pais pela vida escolar da criança, estão todos associados à redução da probabilidade de comportamento violento entre os jovens. Em contrapartida, disfunção familiar, controle psicológico parental e conflito foram relacionados à radicalização juvenil (CAMPELO *et al.*, 2018 *apud* YU; GU; CHAN, 2023).

No nível escolar, conexões positivas com professores e com a instituição, sucesso acadêmico e interação com pares pró-sociais e não violentos reduzem o comportamento violento, enquanto percepções negativas dos professores e desafios à autoridade estão relacionados à participação política ilegal e ao radicalismo entre adolescentes (JOHNSON, 2009 *apud* YU; GU; CHAN, 2023).

A experiência brasileira acumula evidências de que a inserção de atividades educativas no policiamento preventivo produz benefícios tanto para a segurança pública quanto para as relações

polícia-comunidade. No Pará, o Programa Escola Segura demonstra que a presença contínua de policiais militares nas escolas, aliada à realização de palestras com alunos, professores e familiares, fortalece os laços de confiança e contribui para a identificação precoce de situações de risco (AGÊNCIA PARÁ, 2023; SEDUC-PA, 2024).

A experiência do PROERD no Paraná indica que programas educativos estruturados, com módulos adaptados a diferentes faixas etárias e conduzidos por policiais capacitados, alcançam maior efetividade do que abordagens pontuais e não sistematizadas (SESP-PR, 2023). O Ciclo Nacional de Palestras da Operação Escola Segura, promovido pelo MJSP em 2026, avança nessa direção ao incluir a identificação de sinais de radicalização online como tema específico de capacitação para agentes de segurança pública (MJSP, 2026).

Esses exemplos convergem para um ponto central: a efetividade das intervenções educativas conduzidas por forças de segurança depende da capacitação prévia dos policiais, da sistematização do conteúdo em formato pedagógico adequado ao público-alvo e da continuidade das ações ao longo do tempo. Intervenções pontuais e sem acompanhamento tendem a produzir impacto limitado (WINDISCH; OLAGHERE; WIEDLITZKA, 2022). Nessa direção, Santos *et al.* (2026) destacam que o policiamento escolar, por meio do Programa Escola Segura no Estado do Pará, transcendeu o modelo de meras rondas perimetrais para se consolidar como estratégia de permanência ostensiva do policial militar no interior da escola, favorecendo a participação ativa na dinâmica comunitária do educandário e a redução de ocorrências de violência escolar.

A análise comparativa dessas experiências permite identificar convergências e diferenças relevantes para a proposta deste estudo. Quanto ao escopo, o Programa Escola Segura (PA) e a Ronda Escolar caracterizam-se por presença ostensiva continuada e aproximação comunitária, ao passo que o PROERD (PR) estrutura-se como currículo pedagógico modulado por faixa etária, e o Ciclo Nacional de Palestras (MJSP) opera como capacitação pontual de agentes multiplicadores. No que se refere ao conteúdo, apenas o Ciclo Nacional contempla explicitamente a radicalização online como tema, lacuna temática observada nos demais programas. Quanto à sistematização, o PROERD destaca-se por material padronizado e formação específica dos instrutores, enquanto as ações paraenses, embora amplas em cobertura, ainda carecem de protocolo pedagógico unificado. Por fim, no que tange à avaliação de resultados, nenhuma das experiências examinadas dispõe de mecanismos sistemáticos de mensuração de impacto, limitação convergente com a literatura internacional (WINDISCH; OLAGHERE; WIEDLITZKA, 2022). Esse quadro comparativo evidencia que a proposta aqui formulada deve combinar a capilaridade do Programa Escola Segura, a sistematização pedagógica do PROERD e o foco temático do Ciclo Nacional, suprimindo

a ausência comum de avaliação estruturada de resultados.

4.3 Proposta de Inserção de Palestras no Policiamento Preventivo da PMPA

Pesquisas indicam que programas escolares amplos, que oferecem diversas oportunidades para adolescentes se envolverem em trabalho voluntário e serviço comunitário, podem efetivamente promover o desenvolvimento de atributos pró-sociais e valores positivos nos estudantes. Esses programas também têm o potencial de prevenir o engajamento juvenil em ações políticas violentas, ao mesmo tempo em que contribuem de forma construtiva para a sociedade (SHEK, 2019 *apud* YU; GU; CHAN, 2023).

Cabe destacar que a PMPA já dispõe de base doutrinária formalizada para essa proposta. O Manual de Policiamento Escolar da CIPOE, aprovado pelo Comando-Geral da corporação em 2021, institui o ciclo de palestras como ação de aproximação secundária estruturada em três etapas sequenciais: a primeira voltada a gestores e funcionários da escola, a segunda dirigida a pais e responsáveis e a terceira destinada aos alunos, na qual são abordados temas atuais relacionados à segurança escolar e pessoal, sejam eles pontuais àquele ambiente ou próprios do contexto social mais amplo (PMPA, 2021). A proposta aqui apresentada, portanto, não cria uma estrutura inédita, mas qualifica e atualiza um dispositivo institucional já existente, incorporando ao seu conteúdo a temática emergente do discurso de ódio e da radicalização juvenil mediada por mídias sociais.

A partir da revisão da literatura e da análise das experiências brasileiras, propõe-se a inserção, no âmbito do policiamento preventivo da PMPA, de um ciclo de palestras estruturadas voltadas à prevenção da violência juvenil mediada por mídias sociais. A proposta articula três componentes essenciais: capacitação dos policiais, estruturação do conteúdo pedagógico e inserção sistemática nas rotinas do policiamento preventivo.

No que se refere à capacitação, propõe-se que os policiais responsáveis pelas palestras recebam formação específica sobre: conceituação e tipificação do discurso de ódio; dinâmicas de radicalização online e sinais de alerta; letramento digital e uso seguro das redes sociais; e técnicas de comunicação com adolescentes. Esse processo formativo pode ser conduzido em parceria com o Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab) do MJSP e com instituições de ensino superior, no modelo já adotado pelo Ciclo Nacional de Palestras da Operação Escola Segura (MJSP, 2026).

Quanto ao conteúdo pedagógico, as palestras devem abordar: o que é discurso de ódio e como identificá-lo; como as redes sociais são usadas para recrutar jovens para grupos extremistas;

estratégias de proteção e canais de denúncia; e a importância da comunicação com adultos de confiança diante de situações de risco. O conteúdo deve ser adaptado às especificidades do público paraense, considerando as dinâmicas sociais e culturais da região amazônica.

Em termos de inserção na rotina do policiamento preventivo, sugere-se que as palestras sejam integradas ao Programa Escola Segura da PMPA, com calendário fixo de atividades em escolas públicas, centros socioeducativos e espaços comunitários. A periodicidade mínima de um ciclo semestral por unidade escolar, com avaliação de percepção dos participantes ao final de cada atividade, permitiria monitorar os resultados e aprimorar continuamente a intervenção.

Para que essa intervenção não se limite à aferição da satisfação imediata dos participantes, propõe-se estruturar sua avaliação a partir do modelo dos quatro níveis de Kirkpatrick (1994), amplamente utilizado na avaliação de ações educativas e de programas de capacitação. O modelo organiza a avaliação de forma sequencial e progressiva, de modo que cada nível responde a uma pergunta adicional sobre a efetividade da ação: reação, aprendizagem, comportamento e resultados. Sua adoção é particularmente pertinente ao presente caso porque permite superar a mera avaliação de percepção, que corresponde apenas ao primeiro nível, e avançar em direção a indicadores objetivos de resultado, lacuna reconhecida na própria literatura sobre intervenções educativas conduzidas por forças de segurança (WINDISCH; OLAGHERE; WIEDLITZKA, 2022). Essa proposta avaliativa, ademais, dialoga com mecanismos já previstos na doutrina da corporação: o Plano de Segurança Escolar da CIPOE adota o ciclo PDCA e prevê a aferição periódica do Indicador de Segurança Escolar (PMPA, 2021), de modo que a aplicação do modelo de Kirkpatrick

às palestras pode ser articulada a esse instrumento institucional, conferindo maior robustez ao acompanhamento dos resultados.

No primeiro nível (reação), avalia-se a percepção dos adolescentes quanto à clareza, relevância e utilidade da palestra, por meio de questionário de satisfação aplicado ao final de cada atividade. No segundo nível (aprendizagem), verifica-se o conhecimento efetivamente adquirido, capacidade de identificar o discurso de ódio, de reconhecer sinais de radicalização e de localizar canais de denúncia, mensurado por instrumento aplicado antes e depois da palestra (pré-teste e pós teste).

No terceiro nível (comportamento), investiga-se, semanas ou meses após a intervenção, a mudança de conduta dos jovens, como a disposição para denunciar conteúdos de ódio e para buscar adultos de confiança diante de situações de risco, aferida por questionário de acompanhamento ou por relato de professores e familiares. No quarto nível (resultados),

analisa-se o impacto mais amplo da intervenção sobre indicadores institucionais já registrados pela PMPA e pelas escolas, como a redução de ocorrências de violência escolar e de denúncias de ameaças. A aplicação escalonada desses quatro níveis confere à proposta um percurso avaliativo completo e fundamentado, permitindo tanto o monitoramento contínuo quanto a produção de evidências locais sobre a efetividade das palestras no contexto paraense.

Quadro 1 – Aplicação do modelo de Kirkpatrick (1994) à avaliação das palestras preventivas da PMPA

Nível	Pergunta avaliativa	Indicador / Instrumento
1. Reação	Os jovens consideraram a palestra clara, relevante e útil?	Questionário de satisfação aplicado ao final da atividade.
2. Aprendizagem	O que os jovens efetivamente aprenderam sobre discurso de ódio, sinais de radicalização e canais de denúncia?	Questionário de conhecimento aplicado antes e depois da palestra (pré-teste/pós-teste).
3. Comportamento	Os jovens mudaram comportamentos após a palestra (denunciar conteúdos, buscar adultos de confiança)?	Questionário de acompanhamento aplicado semanas/meses depois; relato de professores e familiares.
4. Resultados	Houve impacto sobre indicadores mais amplos de violência e segurança escolar?	Indicadores institucionais da PMPA e das escolas (ocorrências de violência escolar, denúncias de ameaças, clima escolar).

Fonte: elaborado pelos autores com base em Kirkpatrick (1994).

Santos *et al.* (2026) reforçam que a segurança escolar somente se consolida por meio de ações de prevenção ativa resultantes de trabalho conjunto entre órgãos de segurança pública e órgãos educacionais, recomendando especialmente a ampliação de projetos complementares ao Programa Escola Segura, como o PROERD e o PMZITO, cujo foco preventivo alcança crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Estudos sobre esses programas complementares evidenciam seu caráter somático de prevenção e proteção de crianças e adolescentes contra a violência e a criminalidade no Estado do Pará (NERY *et al.*, 2026).

Especificamente no contexto paraense, pesquisas recentes evidenciam que professores e diretores reconhecem a ronda policial como medida necessária à redução da violência e que a relação entre educadores e policiais militares tende a variar de boa a ótima, favorecendo a cooperação institucional (AGUIAR, 2026). Contudo, os mesmos estudos apontam que policiais

militares raramente são convidados a participar do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, lacuna que impede o estabelecimento de protocolos de atuação previamente acordados e aumenta o risco de condutas inadequadas em situações críticas (AGUIAR, 2026).

Fernandes *et al.* (2026) destacam que a PMPA vem incorporando práticas preventivas, educativas e comunitárias, como o PROERD, a Ronda Escolar e o PMZITO, que reafirmam seu papel como ator estratégico na construção de uma segurança pública democrática, mas que essas iniciativas ainda carecem de formação continuada, articulação intersetorial e avaliação sistemática para se consolidarem plenamente.

4.4 Lacunas e Agenda de Pesquisa

A revisão identificou lacunas relevantes que merecem atenção em pesquisas futuras. A produção científica sobre a relação entre discurso de ódio online e violência juvenil é majoritariamente oriunda de contextos norte-americanos e europeus, com escassa evidência sobre as especificidades do Brasil. Os efeitos de longo prazo de intervenções educativas conduzidas por policiais militares sobre atitudes e comportamentos de adolescentes também permanecem pouco estudados no país.

No âmbito da PMPA, a ausência de estudos avaliativos sobre os programas educativos existentes, como o Programa Escola Segura, limita a capacidade de mensurar impactos e orientar decisões institucionais com base em evidências. Nessa linha, Lima *et al.* (2026) buscam avaliar o impacto do PROERD sobre os índices de violência escolar no Pará, esforço ainda incipiente que evidencia tanto a relevância quanto a escassez de estudos de avaliação de impacto sobre os programas preventivos da corporação. A produção de pesquisas com metodologia rigorosa, incluindo grupos de comparação e indicadores objetivos de resultado, constitui prioridade para a qualificação das políticas de policiamento preventivo no Estado do Pará. Nesse aspecto, Cunha *et al.* (2026) reforçam que o espaço rural amazônico, marcado por baixa densidade populacional, isolamento geográfico e limitações institucionais, amplifica essa lacuna avaliativa, uma vez que a atuação da PMPA nessas regiões enfrenta condicionantes operacionais distintos dos contextos urbanos, exigindo estratégias diferenciadas e igualmente carentes de evidências científicas locais. De forma complementar, Fernandes *et al.* (2026) argumentam que a consolidação de uma segurança pública democrática no Pará depende não apenas da criação de programas, mas de mudanças organizacionais mais profundas e de mecanismos robustos de avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas pela corporação.

5 Considerações Finais

O presente estudo demonstrou que a crescente disseminação do discurso de ódio nas mídias sociais constitui um importante fator de risco para processos de radicalização juvenil e para o desenvolvimento de comportamentos violentos, especialmente entre adolescentes expostos a contextos de vulnerabilidade social, emocional e informacional. Embora a relação entre exposição a conteúdos extremistas e violência seja multifatorial, a literatura revisada converge ao reconhecer que ações preventivas baseadas em educação, fortalecimento de vínculos comunitários e desenvolvimento do pensamento crítico apresentam maior potencial para reduzir esses riscos do que estratégias exclusivamente repressivas.

Nesse contexto, verificou-se que a Polícia Militar do Estado do Pará já dispõe de bases doutrinárias e programas institucionais capazes de incorporar essa temática às atividades de policiamento preventivo, particularmente por meio do Programa Escola Segura e do Manual de Policiamento Escolar da CIPOE. A proposta apresentada neste artigo não representa a criação de uma nova estrutura operacional, mas a atualização de mecanismos já existentes, incorporando conteúdos relacionados ao discurso de ódio, à radicalização on-line, ao uso seguro das redes sociais e à cidadania digital.

Além da inserção das palestras educativas, o estudo propõe que essas ações sejam acompanhadas por processos permanentes de capacitação dos policiais militares e por mecanismos sistemáticos de avaliação de resultados, utilizando o modelo de Kirkpatrick articulado ao ciclo PDCA previsto na doutrina institucional da PMPA. Essa integração possibilita que as ações educativas sejam continuamente aperfeiçoadas a partir de evidências objetivas, favorecendo uma gestão baseada em resultados e fortalecendo a legitimidade das iniciativas preventivas desenvolvidas pela corporação.

Entretanto, a revisão também evidenciou importantes lacunas científicas, especialmente quanto à escassez de pesquisas brasileiras que avaliem o impacto de intervenções educativas conduzidas por forças policiais sobre a prevenção da radicalização juvenil e da violência mediada por ambientes digitais. No contexto amazônico, essa carência é ainda mais evidente, reforçando a necessidade de estudos longitudinais e de avaliações de impacto que subsidiem a formulação de políticas públicas adaptadas às especificidades regionais.

Conclui-se, portanto, que a inserção sistematizada de palestras sobre discurso de ódio e radicalização digital no âmbito do policiamento preventivo da PMPA configura uma estratégia institucional viável, coerente com a doutrina da corporação e alinhada às recomendações nacionais e internacionais para prevenção da violência juvenil. Ao integrar educação, policiamento comunitário e avaliação contínua, essa proposta amplia o papel preventivo da

Polícia Militar e contribui para a construção de ambientes escolares mais seguros, resilientes e preparados para enfrentar os desafios impostos pelas novas formas de violência mediadas pelas tecnologias digitais.

Referências

AGÊNCIA PARÁ. **Programa 'Escola Segura' fortalece prevenção à violência e reforça o bem-estar dos alunos**. Belém: Agência Pará, 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/47935>. Acesso em: 01 jun. 2026.

AGUIAR, Fábio Azevedo de. A atuação da Polícia Militar, frente a violência escolar. **Revista FT**, v. 30, n. 155, fev. 2026. ISSN 1678-0817. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-atuacao-da-policia-militar-frente-a-violencia-escolar/>. Acesso em: 08 jun. 2026.

CUNHA, Mário de Jesus; BITTENCOURT, Luiz Henrique; PAJEÚ, Nayana Dias; TAVARES, Samuel dos Santos. A atuação da Polícia Militar na Segurança Pública em Áreas Rurais do Pará. **Interference Journal**, v. 12, n. 1, p. 580-592, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2009-3578.2026v12n1p580-592>. Acesso em: 13 maio 2026.

FERNANDES, Alexandre José de Oliveira; FARIAS NETO, Moab Pessoa de; MELO, Ismael Washington Pinto de; AIRES, Pedrina Oliveira de Sousa. O papel social da Polícia Militar no Estado do Pará: segurança pública, cidadania e atuação comunitária. **Revista FT**, v. 30, n. 155, fev. 2026. ISSN 1678-0817. Disponível em: <https://doi.org/10.69849/revistaft/ra10202602112158>. Acesso em: 14 jun. 2026.

FERNANDES, Eduardo Georjão; LUZ, Valentina Fonseca da. O papel das políticas públicas no combate ao discurso de ódio na Internet. **Agência Gov**, Brasília, out. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/o-papel-das-politicas-publicas-no-combate-ao-discurso-de-odio-na-internet>. Acesso em: 19 jun. 2026.

HASSAN, Ghayda *et al.* Hate online and in traditional media: a systematic review of the evidence for associations or impacts on individuals, audiences, and communities. **Campbell Systematic Reviews**, v. 18, n. 2, e1245, 2022. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/cl2.1245>. Acesso em: 2 maio 2026.

HASSAN, Ghayda *et al.* **Hate speech and social media**: a systematic review. ResearchGate, set. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/354545789>. Acesso em: 15 maio 2026.

JORNAL DE BRASÍLIA. **Programa reforça cultura de paz e prevenção à violência em escolas do DF**. Brasília, maio 2026. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/programa-reforca-cultura-de-paz-e-prevencao-a-violencia-em-escolas-do-df/>. Acesso em: 10 maio 2026.

KIRKPATRICK, Donald L. **Evaluating training programs: the four levels**. San Francisco: Berrett-Koehler, 1994.

KRASIKOV, Vladimir Ivanovich. Online radicalization of youth: prerequisites and mechanisms. **Vestnik Tomskogo gosudarstvennogo universiteta. Filosofiya. Sotsiologiya. Politologiya**

(Tomsk State University Journal of Philosophy, Sociology and Political Science), n. 80, p. 108–122, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17223/1998863X/80/10>. Acesso em: 1 maio 2026.

LIMA, Thércio Júnior Pinheiro de; COSTA, José Maria dos Santos; OLIVEIRA, Marco Antônio Rocha de; TOBIAS, Alan Cleyton Negrão. Segurança pública e educação: avaliação de impacto do PROERD nos índices de violência escolar no Pará. **Revista Tópicos**. Disponível em: <https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781656222>. Acesso em: 20 jun. 2026.

METRÓPOLES. **Radicalização de jovens é sintoma, não causa, diz procurador do MPRS**. Brasília, jul. 2025. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/fabio-serapiaio/radicalizacao-jovens-procurador-mprs>. Acesso em: 23 jun. 2026.

MICONI, Diana *et al.* Meaning in Life, Future Orientation and Support for Violent Radicalization Among Canadian College Students During the COVID-19 Pandemic. **Frontiers in Psychiatry**, v. 13, p. 765908, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2022.765908>. Acesso em: 21 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP). **MJSP promove ciclo nacional de palestras da Operação Escola Segura em cinco capitais**. Brasília, mar. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-promove-ciclo-nacional-de-palestras-da-operacao-escola-segura-em-cinco-capitais>. Acesso em: 22 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP). **Operação desarticula organização criminosa que incentivava violência entre adolescentes**. Brasília, abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/operacao-desarticula-organizacao-criminosa-que-incentivava-violencia-entre-adolescentes>. Acesso em: 2 jun. 2026.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Como combater o discurso de ódio nas redes sociais?** Rio de Janeiro: UNIC Rio, ago. 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/249816-como-combater-o-discurso-de-odio-nas-redes-sociais>. Acesso em: 04 jun. 2026.

NERY, Ítalo Roger Monteiro; ARAÚJO, Erailton Moreira de; ALENCAR, Roberto Rodrigues; SANTOS, Otávio Augusto da Silva. Peculiaridades entre os programas PMZITO e PSUME da PMPA empregados no município de Benevides/PA: um processo somático que previne e protege crianças e adolescente da violência e da criminalidade. **Revista FT**, v. 30, n. 158, 2026. ISSN 1678-0817. Disponível em: <https://www.revistaft.com/ft/article/view/824>. Acesso em: 08 jun. 2026.

OGASSAVARA, Dante *et al.* Trilhas metodológicas para a revisão narrativa: orientações pragmáticas para sua elaboração. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 23, n. 3, p. 308-318, ago./dez. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/23594381.2025.23.3.10317>. Acesso em: 01 maio 2026.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ (PMPA). **Manual de Policiamento Escolar da Companhia Independente de Polícia Escolar (CIPOE)**. Aditamento ao Boletim Geral nº 012-II, de 19 jan. 2021. Belém: PMPA, 2021.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2007.

SANTOS, Almir Farias dos; COSTA, Iarly Vidal; REBELO, Rodolfo Colares; AGUIAR, Paulo Lindolfo. Policiamento escolar: prevenção da violência na rede pública de ensino do Estado do Pará. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE**, São Paulo, v. 12, n. 4, abr. 2026. ISSN: 2675-3375. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i4.25767>. Acesso em: 21 jun. 2026.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (SECOM). **Governo publica estratégias e recomendações para o combate ao discurso de ódio e ao extremismo**. Brasília, jul. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/07/governo-publica-estrategias-e-recomendacoes-para-o-combate-ao-discurso-de-odio-e-ao-extremismo>. Acesso em: 23 jun. 2026.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (SEDUC-PA). **Polícia Civil promove palestra de prevenção à violência nas escolas em Belém**. Belém, set. 2024. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/noticia/13427>. Acesso em: 24 jun. 2026.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ (SESP-PR). **Polícia Militar reforça policiamento e ações educativas junto à comunidade escolar**. Curitiba, 2023. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/Noticia/Policia-Militar-reforca-policiamento-e-acoes-educativas-junto-comunidade-escolar>. Acesso em: 2 jun. 2026.

SENADO FEDERAL. **Contra ataques a escolas, debatedores na CE pedem rigor sobre redes sociais**. Brasília, abr. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/26/contra-ataques-a-escolas-debatedores-na-ce-pedem-rigor-sobre-redes-sociais>. Acesso em: 15 jun. 2026.

TERRA. **Operação monitora 15 casos de radicalização de jovens para ataques a escolas**. São Paulo, abr. 2024. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/operacao-monitora-15-casos-de-radicalizacao-de-jovens-para-ataques-a-escolas,3ab375f32942bf691b422ae1330d302a4g1s24tj.html>. Acesso em: 10 jun. 2026.

WATKINS, Luke William John; GEARON, Alinka. Mapping driving factors of UK serious youth violence across policy and the community: a multi-level discoursal analysis. **Societies**, v. 14, n. 7, p. 125, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/soc14070125> Acesso em: 1 jun. 2026.

WINDISCH, Steven; OLAGHERE, Ajima; WIEDLITZKA, Susann. Online interventions for reducing hate speech and cyberhate: a systematic review. **Campbell Systematic Reviews**, v. 18, n. 2, e1243, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9133687/>. Acesso em: 15 jun. 2026.

YU, Lu; GU, Mingyue; CHAN, Ko Ling. Hong Kong adolescents' participation in political activities: correlates of violent political participation. **Applied Research in Quality of Life**, v. 18, p. 1365–1405, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11482-023-10143-6> Acesso em: 15 maio 2026.